

O regionalismo na América do Sul no início do Século XXI: uma análise de suas inflexões práticas e da produção intelectual brasileira



Regionalism in South America at the beginning of the 21st Century: an analysis of its practical inflections and of the Brazilian intellectual production

El regionalismo en Sudamérica a principios del siglo XXI: un análisis de sus inflexiones prácticas y de la producción intelectual brasileña

Patrícia Nasser de Carvalho¹
Fernanda Cimini²

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2019v7.n3.p83

Recebido em: 26 de outubro de 2018

Aceito em: 30 de abril de 2019

RESUMO

Este artigo identifica os principais fatores que impulsionam as inflexões práticas do regionalismo na América do Sul no início deste século e discute quais são os seus principais desdobramentos e inovações em relação a períodos anteriores. Além disso, busca analisar como essa nova realidade tem afetado a produção intelectual brasileira de Relações Internacionais (RI) sobre essa temática. Como hipóteses, o artigo sustenta que as mudanças observadas no regionalismo na América do Sul decorrem de fatores sistêmicos e internos à região, que não projeta mais o seu desenvolvimento no tradicional modelo europeu de integração regional aprofundada e que há preponderância das análises temáticas que privilegiam questões políticas do regionalismo em detrimento da agenda econômica. Além de ampla revisão do contexto e das principais inflexões práticas sobre o regionalismo sul-americano, a análise da produção intelectual brasileira contou com uma amostra de mais de 60 artigos científicos, que tratam da temática.

Palavras-chave: Regionalismo. América do Sul. Integração regional. Brasil.

ABSTRACT

This article identifies the main factors that drive the practical inflections of regionalism in South America at the beginning of this century and discusses its main developments and innovations with regard to previous periods. In addition, it seeks to analyze how this new reality has affected the Brazilian

1. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Belo Horizonte/Brasil. ORCID: 0002-8152-9779.

2. Professora Adjunta Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Belo Horizonte/Brasil. ORCID: 0000-0003-2170-6443.

International Relations (IR) intellectual production on this subject. As working hypotheses, the article supports that the changes observed in regionalism in South America derive from systemic and internal factors to the region, that does no longer projects its development as the traditional European model of deep regional integration and that there is a preponderance of the thematic that favor political issues of regionalism to the detriment of the economic agenda. In addition to a broad review of the context and the main practical inflections on South American regionalism, the analysis of the Brazilian intellectual production had taken a sample of more than 60 scientific articles that deals with the theme.

Keywords: Regionalism. South America. Regional integration. Brazil.

RESUMEN

Este artículo identifica los factores clave que impulsan las inflexiones prácticas del regionalismo en América del Sur a principios de este siglo y analiza sus principales desarrollos e innovaciones en relación con períodos anteriores. Asimismo busca analizar cómo esta nueva realidad ha afectado la producción intelectual brasileña de Relaciones Internacionales (RRII) sobre este tema. Como hipótesis, en este artículo se argumenta que los cambios observados en el regionalismo en Sudamérica son el resultado de factores sistémicos e internos en la región, los que no se proyectan su desarrollo en el modelo europeo tradicional de integración regional profunda pero preponderan las análisis temáticas que privilegian los problemas políticos de regionalismo en detrimento de la agenda económica. Además de una amplia revisión del contexto y las principales inflexiones prácticas del regionalismo sudamericano, el análisis de la producción intelectual brasileña incluyó una muestra de más de 60 artículos científicos que tratan el tema para verificar las hipótesis.

Palabras clave: Regionalismo. Sudamérica. Integración regional. Brasil.

Considerações iniciais

Este artigo identifica e discute os principais fatores que impulsionam as inflexões práticas e quais são os principais desdobramentos e inovações do regionalismo na América do Sul no início do Século XXI. Além disso, busca analisar como essa nova realidade tem afetado a produção intelectual brasileira na área de Relações Internacionais (RI) sobre essa temática. As perguntas de pesquisa que norteiam o trabalho são: i) quais fatores impulsionam as transformações do regionalismo na América do Sul nesse período? ii) quais são as suas principais características? (iii) como a produção intelectual brasileira tem interpretado essa nova realidade?

O trabalho propõe três hipóteses. A primeira sustenta que as mudanças observadas no regionalismo na América do Sul decorrem de fatores sistêmicos e internos à região, os quais conformam uma conjuntura crítica desde o início deste século. A segunda está relacionada às características do regionalismo recente na América do Sul e destaca que ele não projeta mais o seu desenvolvimento no tradicional modelo europeu de integração regional aprofundada. Ao contrário, a proliferação de arranjos regionalistas indica a busca por uma trajetória própria pelos países da região, resultando em renovados esquemas regionalistas e inovações institucionais. Por fim, no que diz respeito à interpretação brasileira sobre esses arranjos, observa-se a preponderância das análises temáticas que privilegiam questões políticas do regionalismo em detrimento da agenda

econômica, e que esse processo é fundamentalmente protagonizado pelo Estado. Essa preponderância está relacionada ao contexto externo e interno à região, às próprias características e ao desenvolvimento recente do regionalismo sul-americano neste início de século.

Para essa análise, além de ampla revisão do contexto e da discussão acerca das inflexões práticas sobre o regionalismo na América do Sul, foi selecionada uma amostra, composta por mais de 60 artigos científicos, que tratam de regionalismo na América do Sul, publicados em cinco periódicos selecionados da área, no período entre 2008 e 2018. Os trabalhos foram classificados por ano, país de filiação institucional do autor, idioma e tema. Foram identificados 8 categorias temáticas, sendo que a categoria que mostrou-se mais frequente foi a de “estratégias de integração”. Por estarem situados na tênue fronteira entre economia e política, os trabalhos classificados nessa categoria foram analisados em maior profundidade.

Neste artigo, regionalismo engloba fenômenos distintos, abrangentes e diversos, ligados a uma determinada região, onde diferentes atores e processos se relacionam. Por isso, pode compreender várias áreas e processos, estar ligado à interação econômica e/ou social, à identidade regional e seus atores podem ou não ser Estados Nacionais que cooperam em diferentes níveis (HURRELL, 1995). Integração regional é definida como um processo dinâmico e parte do regionalismo, e, portanto, menos amplo do que o primeiro porque implica em que os Estados compartilhem interesses comuns, tenham compromissos políticos de longo prazo no sentido de uma integração – e não uma cooperação – cada vez mais convergente e aprofundada, geralmente resultando na formação de organizações regionais.

O artigo está dividido em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira seção explica os principais fatores que influenciam as transformações o regionalismo na América do Sul no início do Século XXI. A segunda apresenta um breve panorama sobre os desdobramentos do regionalismo na região e as suas principais inovações, ou seja, as inflexões práticas do regionalismo sul-americano. Finalmente, a terceira seção analisa a amostra de artigos científicos publicados nos periódicos brasileiros selecionados e discute os seus principais resultados em termos de produção intelectual.

O Regionalismo na América do Sul no início do Século XXI

No início do século XXI, o regionalismo na América do Sul experimenta mudanças em decorrência de fatores sistêmicos e internos à região. No âmbito do Sistema Internacional, questões relacionadas à política externa norte-americana, à crise do projeto de integração regional da Europa, à emergência de novos pólos econômicos regionais e aos entraves ao comércio internacional multilateral resultaram na reconfiguração dos arranjos institucionais regionalistas.

Nos Estados Unidos, os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e a decorrente guerra global contra o terror no âmbito da sua política externa unilateral, além da recessão da sua economia, resultado do estouro da bolha das empresas ponto.com, implicaram na busca dos nor-

te-americanos por soluções urgentes nessas áreas. Alguns anos depois, a “grande recessão”, consequência direta da crise financeira 2007-2008, iniciada no mesmo país e efeito da crise da globalização financeira (PAULA; FERRARI FILHO, 2011), demandou um grande esforço dos líderes norte-americanos para superá-la. O alto grau de endividamento do governo e das famílias, o crescente déficit comercial e o lento ritmo de geração de empregos, em contraposição aos elevados gastos militares realizados pelo país, também exigiram medidas agressivas para a recuperação cíclica de sua economia nos primeiros anos do novo século.

Além disso, os obstáculos políticos enfrentados pelas economias desenvolvidas para alcançar seus interesses nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciada em 2001, e os vários desacordos na Organização das Nações Unidas (ONU) (SATO, 2003), junto a outros fatores geopolíticos desestabilizadores, dentre eles, as incursões militares norte-americanas mal sucedidas no Oriente Médio, contribuíram para o enfraquecimento do poder relativo dos Estados Unidos no Sistema Internacional no início deste século (FIORI, 2008).

Do outro lado do Atlântico, o projeto de integração regional da Europa se ocupou dos processos de alargamento e de aprofundamento que geraram menos otimismo do que desconfianças sobre seus progressos, assim como das suas condições de continuar sendo modelo para outros projetos integrativos. Depois de 2008, a crise financeira norte-americana claramente afetou os rumos desse processo, tornando mais evidentes as assimetrias entre os Estados membros da União Europeia (UE), o déficit democrático das suas instituições, os conflitos distributivos entre os governos e as dificuldades de coordenação política em várias instâncias, para além da redução da identificação dos cidadãos com o projeto de integração regional. Assim, afóra a crise econômica e os desafios exigidos por ela, os europeus tiveram que trabalhar procurando solucioná-la ao mesmo tempo em que buscavam conciliar os seus próprios interesses, e, mais à frente, precisaram enfrentar os reveses da onda de ataques terroristas, da crise imigratória e dos conflitos políticos e geopolíticos no seu entorno geográfico. A crise de múltiplas dimensões colocou as fragilidades da UE em evidência e abriu mais espaço para o declínio em curso da Europa no Sistema Internacional (AGUIAR, 2005). Neste contexto, a insatisfação por parte dos Estados membros da UE e da população europeia tem no exemplo da votação do Reino Unido pelo “sim” ao *Brexit*, em 2016, um dos seus traços mais marcantes.

As mudanças na distribuição de poder no Sistema Internacional neste início de século também confirmam a ascensão de novos pólos. Os diversos e ascendentes mercados da Ásia, em curso desde os anos 1990, tornaram-se o eixo mais dinâmico do capitalismo global (BASTOS; HIRATUKA; 2017; SERBIN; VIGEVANI; HERSHBERG, 2014; LAYNE, 2012), concentrando grande parte das potências emergentes do mundo³, as quais, junto a outras que apresentavam tendência de altas taxas de crescimento econômico, como Brasil e Índia, passaram a questionar a ordem global liberal do pós-Guerra Fria. Um dos grupos formados para tanto e talvez um dos mais importantes, o BRICS, composto pelas duas economias citadas mais Rússia e África do Sul, em 2009, dada a sua capacidade

3. Potências emergentes podem ser reconhecidas pelo tamanho da sua economia, mas também das suas ideias que enfatizam o seu direito (muitas vezes historicamente frustrado) de serem reconhecidas como potência e por sua política externa que visa cada vez mais o aumento do seu poder, da sua influência e do seu prestígio (HURRELL, 2013, p. 204).

para contribuir com a gestão da ordem internacional em termos globais ou regionais (HURRELL, 2009), buscou maior participação na formulação das normas e das regras internacionais.

Inevitavelmente, os mercados industrializados tradicionais – Estados Unidos, UE e Japão – tiveram de reagir à estratégia comercial agressiva das economias emergentes, em especial, às estratégias de inserção externa da China, que ingressou na OMC em 2001, mas já era membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, e no início de século mostrava todas as condições para ser uma das maiores potências globais. Ao mesmo tempo, os chineses se empenharam em estabelecer fortes laços de comércio e de investimentos com países industrializados e também com os em desenvolvimento da África e da América Latina, além de que se dedicaram a construir uma ordem regional asiática com uma lógica diferente da ocidental (ACHARYA, 2014).

As regiões periféricas do mundo por sua vez mantiveram estratégias de inserção externa aproveitando-se do ciclo expansivo da economia mundial, que impulsionou o seu crescimento ao alavancar o comércio de produtos agrícolas e minerais para abastecer os mercados em expansão dos Estados Unidos, da China e até mesmo da Índia (FIORI, 2010). Essa forte demanda aumentou os preços desses tipos de bens (BASTOS, 2012) durante pouco mais que a primeira década deste século. No entanto, mais recentemente, a desaceleração da economia chinesa e a persistente crise econômica europeia acarretaram na redução significativa do volume de importações desses mercados periféricos, inclusive da América do Sul, e consequentemente dos preços de bens primários, com efeitos deletérios sobre os seus fluxos de comércio e de investimentos (BASTOS; HIRATUKA, 2017).

De forma ampla, é possível reconhecer não somente a maior importância das economias emergentes como pólos de poder no Sistema Internacional no início do Século XXI, mesmo que suas alianças estratégicas sejam questionáveis, mas que as regiões também alcançaram papel central nas relações interacionais (HETTNE, 2005; ACHARYA, 2009). Elas adquiriram “autonomia” substancial em relação às potências globais tradicionais após o fim do conflito bipolar e no início do século ganharam mais espaço para conferir respostas aos desafios da globalização.

Neste contexto, as regiões também ganharam maior relevância. Muitas delas deram amplo sentido ao regionalismo, processo que já vinha acontecendo desde o final da Guerra Fria. Ademais, as regiões demonstraram condições de organizar as suas interações econômicas, políticas, culturais e sua identidade para construir uma ordem regional voltada à segurança e à defesa da região e para se colocar no espaço global, configurando “um mundo de regiões” (ACHARYA, 2009).

Em cada uma das regiões se destacaram países com capacidade para se tornar potência regional, dado seu poder superior em relação aos seus vizinhos. As potências regionais são aquelas possuem recursos materiais, econômicos, demográficos, organizacionais e ideológicos para projeção de seu poder regional, visto que influenciam uma determinada delimitação geográfica e a construção política e ideacional da região de forma significativa, exercem influência por meio de estruturas de governança regional, proveem bens coletivos para a região e têm uma posição de lide-

rança reconhecida pelos demais atores regionais e extrarregionais (NOLTE, 2011). Ao buscar influenciar a ordem mundial e tornar as instituições internacionais mais “previsíveis” em nível global (WOMACK, 2007), as potências regionais procuram primeiramente o seu espaço de influência na região. Dessa forma, a estabilidade da hierarquia de poder e as instituições de governança regionais são influenciadas por elas. No caso da América do Sul, Brasil e Venezuela no início do século foram os países que demonstraram ter mais condições e ativismo para serem potências regionais no início do novo século (FLEMES, 2010; MALAMUD, 2012).

O aumento da importância do papel das corporações transnacionais como ator no Sistema Internacional também constitui uma destacada consequência das transformações da economia internacional globalizada. No Século XXI, os processos produtivos se tornam mais internacionalizados e formam cadeias globais de valor (CGV), representando o movimento internacional e global no qual as empresas transnacionais criam redes regionais e globais de subcontratação, associação ou terceirização produtiva ou de prestação de serviços no mercado internacional para a produção de bens complexos. Os custos reduzidos de mão-de-obra, transportes e comunicações contribuem para a crescente integração dos mercados em termos de fluxos de comércio e de investimentos (BALDWIN, 2014). Essa fragmentação produtiva é um fenômeno que vem ocorrendo em regiões em desenvolvimento, sobretudo no Sudeste da Ásia, e, em menor medida na América Latina, onde fragmentação ainda é limitada, embora crescente, e as cadeias globais de valor precisam ser fortalecidas (ZHANG; SHIMANSKI, 2014).

No comércio internacional, as frustrações de muitos países com relação aos resultados da liberalização do comércio no âmbito da OMC, onde última rodada de negociações dura mais de 17 anos sem conclusão, implicaram na sua preferência pelos esquemas regionalistas no formato de Acordos Preferenciais de Comércio (APCs), pressupondo que as suas negociações seriam mais ágeis e poderiam ser mais eficientes. Os APCs têm como fim compensar os poucos resultados alcançados em nível multilateral também diminuir os desgastes com acordos de integração regional mais “profundos”, como o mercado comum e a união aduaneira (HEYDON; WOOLCOCK, 2009).

As supostas facilidade e flexibilidade desse tipo de acordo em relação aos acordos da OMC se refletem no aumento do número de APCs bilaterais no mundo, os quais geralmente são acordos de livre comércio ou de complementação econômica (FIORENTINO; CRAWFORD; TOQUEBOUEF, 2012). Eles fazem parte do processo de regionalismo, mas não necessariamente se propõem a ser projetos de integração regional, de criar instituições ou mesmo de ampliar a agenda de negociações para além do comércio. Dadas as diferentes escolhas dos países sul-americanos em termos de esquemas regionalistas na área comercial, aqueles voltados para o Pacífico (Chile, Colômbia e Peru) são os que vêm mais se dedicando a projetos de integração paralelamente às negociações e à realização de APCs com diversos parceiros do mundo.

Além do comércio, estratégias regionais de cooperação em defesa, segurança, infraestrutura e na área técnica, além das ideias e das questões

fronteiriças ampliam a agenda em várias regiões do mundo, buscando prover Estados e outros atores não estatais com poder de barganha. Na concepção sul-americana, a preocupação com a proteção dos seus recursos naturais, as mudanças climáticas, as imigrações, o tráfico de drogas, etc. estimularam consensos regionais sobre defesa, com o intento de, no longo prazo, consolidar uma identidade sul-americana nesse tema (OLIVEIRA; MARIANO; BARRETO, 2014).

Entre os fatores internos à região que influenciaram o regionalismo na América do Sul no início do Século XXI, a ascensão de vários governos progressistas na região implicou na sua busca por superar a ideologia neoliberal, traço comum das políticas econômicas adotadas por líderes entre o fim dos anos 1980 e durante os anos 1990 na região. Governos de esquerda, que assumiram mandatos executivos nos países sul-americanos – Venezuela (1998), Brasil (2002), Argentina (2003), Uruguai (2004), Bolívia (2005), Equador (2006), Paraguai (2008) e Peru (2011) – prometeram acomodar economias mistas (RIGGIROZZI; GRUGEL, 2015), uma vez que percebiam as consequências da globalização de forma pessimista em temas relacionados ao desenvolvimento e às clivagens entre os hemisférios Norte e Sul (VEIGA; RÍOS, 2007). Ademais, questionavam a ordem internacional assimétrica na qual os países desenvolvidos e as potências mundiais tradicionais buscavam consolidar por meio de tratados e pela difusão de ideologias que lhes eram favoráveis (BASTOS; HIRATUKA, 2017) e pelas estruturas de governança global através das quais almejavam preservar o seu *status quo* (ACHARYA, 2017).

Na esteira desse processo, as críticas ao caráter exclusivamente “comercial” dos esquemas do “novo regionalismo”, cuja “onda” teve início no final dos anos 1980, foram uma forma de confrontar o neoliberalismo e as reformas propostas pelo Consenso de Washington. Elas repercutiram no desejo dos governos sul-americanos de colocar lado a lado as dimensões produtivas, sociais e de desenvolvimento dos esquemas regionalistas (VEIGA; RÍOS, 2007), ao mesmo tempo em que entendiam a sociedade deveria lhes conferir maior legitimidade (SANAHUJA, 2017).

Por essa razão, no início deste século, o objetivo desses governos era fortalecer a região como espaço geopolítico (PECEQUILO, 2013) e não apenas geoeconômico, como havia acontecido anteriormente, cujo período também havia sido marcado por certa homogeneização das experiências nacionais dos países sul-americanos (LIMA, 2014). Para isso, eles reviram as suas estratégias de política externa (SERBIN; VIGEVANI; HERSHBERG, 2014) e a sua crença otimista no regionalismo aberto do momento anterior, procurando promover o desenvolvimento dos países da região, marcados pelos efeitos das crises financeiras que aconteceram na Ásia e na América Latina no final dos anos 1990.

Por conseguinte, a etapa do regionalismo do início do século da América do Sul caracterizou-se por novos esquemas regionalistas e inovações institucionais com o objetivo de responder ao desejo comum dos países de melhorar sua governança regional (SANAHUJA, 2017), envolvendo a cooperação setorial de áreas como infraestrutura, energia, saúde, segurança, defesa, bem como o diálogo político e a gestão de crises. Essas iniciativas admitiram que os esquemas regionalistas deveriam envolver a provisão de

bens públicos regionais, como democracia, direitos humanos e erradicação da pobreza, redistribuição de renda, e envolver serviços sociais (RIGGIROZZI; GRUGEL, 2015), na procura tanto por parte dos Estados quanto da própria região (SANAHUJA, 2017) por maior autonomia em relação ao mercado e ao processo de globalização, à política externa dos Estados Unidos e aos demais atores hegemônicos (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012).

..... Inflexões práticas: as novas experiências regionalistas na América do Sul

Há muitas leituras críticas e interpretações sobre os resultados do regionalismo na América do Sul, que se dedicam a analisar os alcances e os limites das diversas iniciativas regionalistas. As perspectivas e os pontos de vista são inúmeros e divergentes. De qualquer modo, grande parte da literatura sobre o tema converge na ideia de que a etapa do regionalismo na América Latina (não somente na América do Sul), iniciada no início deste século, caracteriza-se por importantes inovações institucionais e estratégias em esquemas caracterizados por acordos “pós-liberais” ou “pós-hegemônicos” (MOTA; RÍOS, 2007; SANAHUJA, 2009; RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012; SANAHUJA, 2017), cujo foco se afasta da economia ao criticar as reformas neoliberais e apresentar uma postura ideológica (MALAMUD, 2013), e volta-se à cooperação e ao diálogo político (SANAHUJA, 2017), caracterizando-se por ser segmentado em subregiões (MALAMUD, 2013). Neste caso, a estrutura de governança regional tem como resultado um mosaico onde acontecem diferentes políticas, identidades e formas de cooperação e concorrência. Neste sentido, a América do Sul é uma das subregiões da América Latina e, por isso, a reconfiguração da governança regional da América do Sul se apresenta de forma distinta.

Em sintonia com as mudanças do regionalismo na subregião América do Sul, a expansão do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi marcada pela entrada da Venezuela como membro pleno, cujo processo de ratificação pelos Estados partes terminou em 2012. A Bolívia teve o seu processo de adesão ao bloco mercosulino findado em 2017 e tem quatro anos para se adequar às suas regras e normas. Com a Guiana e o Suriname foram assinados acordos-quadros de associação em 2013. Além do seu alargamento, o MERCOSUL buscou a integração voltada para a complementação produtiva e a criação de instituições para compensar e/ou diminuir as desigualdades entre os países membros do bloco (BOTTO, 2015). Nesta linha, o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) foi concebido em 2004 com o objetivo de financiar programas destinados a reduzir as assimetrias socioeconômicas dos parceiros menores e menos desenvolvidas em relação aos maiores e mais desenvolvidos, devendo ser um passo imprescindível para responder à diversidade territorial e econômica entre os membros do bloco. A inclusão de temas sociais na agenda de negociações do MERCOSUL também se tornou um traço dessa nova fase: o MERCOSUL Social procurou maior aproximação da sociedade civil, criando mecanismos para ampliar a participação e a coordenação dos membros em temas sociais, como direitos humanos, meio ambiente, previdência, saúde, cultura, educação, etc. (VELASCO JÚNIOR, 2013).

Desde 2007, o bloco passou a contar com o do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL), criado um ano antes, com o objetivo de estabelecer regras, procedimentos decisórios e atividades que condicionassem o comportamento de seus participantes no âmbito regional, guiando as interações entre eles, e, ao mesmo tempo, refletindo suas características domésticas permitindo uma identificação com a nova instituição. A experiência europeia serviu como parâmetro para a proposta do PARLASUL porque era a mais avançada e conhecida, mas houve o reconhecimento de que os contextos e características de cada processo deveriam ser levados em conta na formulação da proposta dos países do mercado comum do Cone Sul, a fim de alcançar maior interação com a sociedade. Ademais, a institucionalização do Poder Legislativo poderia resultar em uma maior facilidade em obter o aprofundamento do processo de integração, ao diminuir a dependência com relação à vontade política governamental e aos interesses imediatos (MARIANO, 2015; p. 127).

O compromisso com a democracia também foi uma preocupação que levou à consolidação de novas condicionalidades de caráter mais dissuasivo no MERCOSUL. O Protocolo de Montevideo, concluído em 2011, reafirmou o conteúdo do Protocolo de Ushuaia, de 1998, e incluiu o Art. 1, o qual deveria ser implementado não somente em caso de ruptura democrática, mas também em caso de ameaça de ruptura e violação da ordem constitucional, ou de qualquer outra situação que colocasse em risco o exercício legítimo de poder e dos valores e princípios democráticos. Chamado de Protocolo Ushuaia II, ele expandiu os casos nos quais a cláusula democrática do MERCOSUL poderia ser implementada (HOFMANN, 2016).

Na área comercial, o MERCOSUL diversificou parcerias extrarregionais, firmando acordos de livre comércio com alguns parceiros: Israel (2007), Índia (2004), União Aduaneira da África Austral (2008), Palestina (2008) e Egito (2010). Desses, todos foram ratificados, com exceção do acordo com a Palestina. As negociações do acordo de livre comércio do MERCOSUL com a UE para a conformação e uma área de livre comércio, as mais antigas em processo de barganha, iniciadas em 1999, evidenciaram uma postura muito mais resistente do bloco sul-americano em aceitar o acordo de temas considerados sensíveis (VEIGA; RÍOS, 2007), tanto que, a despeito da forte pressão europeia, o acordo não foi concluído após quase duas décadas. Essa atitude também se refletiu nas coalizões de maior poder político dos países do Sul Global na OMC e havia sido externalizada na negativa de diversos países das Américas ao Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 2004, proposto pelos Estados Unidos dez anos antes. Os países do MERCOSUL entendiam que os fluxos para Estados Unidos e UE já tinham alcançado um valor-limite e que seus incrementos seriam marginais (CAVALCANTE; LIMA, 2014). Acima de tudo, ficou claro aos países desenvolvidos que os países do Sul Global não cederiam mais tão facilmente quanto as suas antigas coalizões.

A Aliança Bolivariana para os Povos das Américas (ALBA), instituída em 2004, foi uma das primeiras iniciativas que caracterizaram a nova dinâmica geopolítica da região. Impulsionada pelos então presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e de Cuba à época, Fidel Castro, seu projeto

teve caráter antihegemônico e forte viés ideológico. Em seu discurso, ficou clara a abordagem de desenvolvimento no espectro das relações exteriores de seus membros e no processo regionalista, no qual o Estado deveria agir contra as forças de mercado e o modelo de regionalismo aberto do período anterior, uma vez que o neoliberalismo foi interpretado como uma expressão máxima de ameaça imperialista e/ou de intervenção estrangeira (SANAHUJA, 2017).

Assim como a ALBA, a constituição da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), em 2008, em substituição à Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), lançada com a Declaração de Cusco de 2005, foi outra estratégia de contenção da influência dos Estados Unidos da região e uma grande inovação regional e de “retorno da política” às relações exteriores e à política de desenvolvimento (SANAHUJA, 2012). A América do Sul ainda não contava com uma organização que abrangesse os 12 Estados da região e que fosse um fórum privilegiado para discussão e mediação dos problemas regionais. A UNASUL nasceu especificamente voltada à promoção do desenvolvimento e de uma identidade política e mais diretamente preocupada com o estado da democracia na região, vinculando esforços na formulação de políticas baseadas em direitos relacionados às necessidades dos cidadãos mais vulneráveis da América do Sul (RIGGIROZZI; GRUGEL, 2015).

No âmbito da UNASUL, o Conselho de Desenvolvimento Social (CDES) foi fundado com a meta de contribuir para a consolidação de sociedades mais justas e promover mecanismos de cooperação para o desenvolvimento integral com redução de assimetrias. Ele também contou com uma cláusula democrática, na forma de um protocolo assinado em novembro de 2010, que entrou em vigor desde 2014 (Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo sobre o Compromisso com a Democracia) cuja função era reforçar o engajamento com a proteção e a promoção da ordem democrática, dos direitos humanos e liberdades fundamentais e do estado de direito (HOFFMANN, 2016).

Também foram criados importantes órgãos para tratar da cooperação em diferentes áreas na UNASUL, como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), uma iniciativa pragmática de contestação da participação dos Estados Unidos nos assuntos de defesa regional, que até então havia sido coordenada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), claramente liderada pelos Estados Unidos. Em outras palavras, o CDS sinalizou a tentativa e a intenção dos países sul-americanos de promover uma nova arquitetura regional no que se refere às questões relacionadas à defesa e à segurança do subcontinente, em detrimento daquelas surgidas ainda no período da Guerra Fria, na qual os Estados Unidos desempenhavam um papel preponderante (MALAMUD; SCHEONI, 2015; SERBIN, 2009). Primando pelo diálogo político e a cooperação em defesa, o CDS foi pensado com base em um conceito integrado de segurança cooperativa e segurança democrática (SANAHUJA, 2012).

O projeto do Banco do Sul, lançado em 2007, e que se tornou uma instituição jurídica internacional em dezembro de 2011, foi apresentado como parte do projeto financeiro regional da Venezuela para a América do Sul e uma alternativa contra-hegemônica às instituições criadas em

Bretton Woods no pós-Segunda Guerra e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Seu fim era financiar os eixos de integração física, projetos de desenvolvimento econômico e a redução da pobreza na América do Sul. Para isso, o Banco do Sul deveria conferir maior capacidade de mobilização e alavancagem de recursos, e especialmente agregar os mais diversos tipos de instituições e mecanismos de financiamento com o objetivo de compatibilizar políticas econômicas e de inserção internacional divergentes, estimulando cadeias regionais de valor (PADULA, 2011).

Por esse motivo, seria o Banco do Sul o responsável, em um primeiro momento, por dar respaldo à criação do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento, o COSIPLAN, criado em 2009 na III Reunião Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. Aproveitando o capital institucional acumulado em dez anos de experiência da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), fundada em 2000, como órgão técnico o COSIPLAN teria como função conferir um caráter político-estratégico para a infraestrutura na região agregando o maior número de atores possíveis (PADULA, 2014).

Na contramão dos esquemas regionalistas sul-americanos mais voltados à promoção da cooperação, do desenvolvimento e do diálogo político, a Aliança do Pacífico, criada em 2012, procurou garantir a inserção internacional dos seus membros através de acordos comerciais com os Estados Unidos, a UE e outros parceiros comerciais na região da Ásia-Pacífico (SANAHUJA, 2012; RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012). Formada por três países sul-americanos (Colômbia, Peru, Chile) mais o México, os objetivos da Aliança são a construção de uma área de livre-comércio e de uma plataforma de cooperação política, econômica e comercial que auxiliasse a projeção desses países no plano internacional, sobretudo na Ásia e no Pacífico, regiões com crescente importância geoeconômica e geopolítica global (PADULA, 2014), embora também tenham potencial de fazer um contrapeso político ao MERCOSUL e/ou à UNASUL na região. Os membros da Aliança do Pacífico têm proximidade com os Estados Unidos em relação aos demais dos esquemas sul-americanos anteriormente citados, não só em termos comerciais senão também em termos do diálogo político-diplomático (LIMA, 2014) e com expectativa de obter benefícios comerciais com a Parceria Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership* – TPP), concluída em 2015 e que até 2017 foi liderada pelos Estados Unidos.

Com exceção do México, os membros da Aliança do Pacífico são economias pequenas, não dotadas de grande mercado interno ou plano regional para industrialização e estão claramente orientadas para a região Ásia-Pacífico, em particular, para China, desde o início deste século, (PADULA, 2014; SANAHUJA, 2017). Também de forma diversa do que ocorre no MERCOSUL, as visões dos governos e dos grupos de interesses das economias da Aliança do Pacífico se mostram mais voltadas à defesa do mercado livre.

Os resultados de todos esses projetos regionalistas são muito contestáveis, embora seja perceptível que o desenvolvimento das iniciativas do regionalismo político tenha avançado mais do que o do regionalismo econômico e que o projeto de integração regional da Europa não é um elemento

norteador do mesmo tipo de processo na América do Sul. Houve a criação novos projetos regionais e de um arcabouço de governança regional em várias áreas com o intuito de promover uma forma própria de regionalismo, sem alinhamento automático com os Estados Unidos, menos voltada à promoção do comércio do que nos anos 1990, constituindo um espaço para seus membros conferirem respostas aos desafios da globalização.

A despeito dos seus alcances e limites, desde 2015, as transformações no Sistema Internacional e na América do Sul não parecem apontar para a continuidade de mudanças inovadoras dos processos regionalistas na direção que vinham seguindo, isto é, no sentido de redefinição de suas fronteiras geográficas e ideológicas e de fomento de novos consensos, como ocorreu no início do século (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012). A queda das taxas de crescimento de várias economias, dentre outros motivos em razão do declínio da demanda chinesa por *commodities* e bens agrícolas, a instabilidade política vivida, sobretudo na Venezuela, e a substituição de governos de esquerda por lideranças progressistas, são elementos novos no contexto regional. Neste âmbito, os discursos políticos atuais indicam uma provável retomada da narrativa contrária para o regionalismo (SANAHUJA, 2017), que privilegia novamente a agenda neoliberal com ênfase em acordos econômicos. Desse modo, é possível que o regionalismo sul-americano se encontre no início de um novo rumo, que somente os anos vindouros mostrarão se e como ocorrerá.

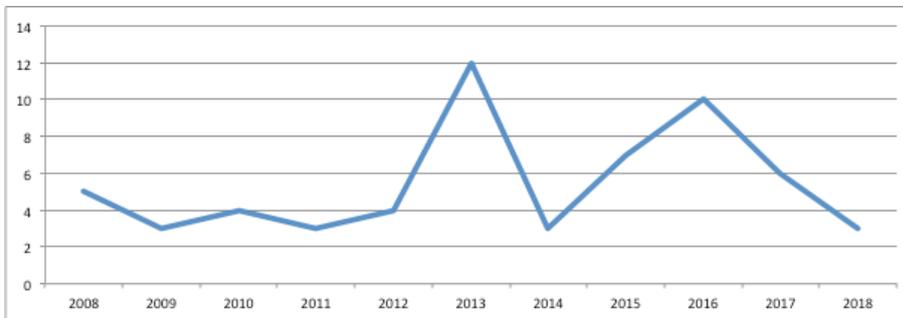
No que tange ao papel do Brasil nos esquemas regionalistas citados, as percepções e análises também são inúmeras e divergentes. Dada a sua maior capacidade material na região, uma vez que o país tem o maior Produto Interno Bruto (PIB), população e território, diversas pesquisas se dedicaram a discutir as mudanças da sua política externa na gestão dos governos petistas, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), tendo em vista que o Brasil teve papel de destaque em muitas iniciativas regionalistas, tanto na proposta como no processo de institucionalização e no seu funcionamento. Alguns trabalharam com a hipótese de que o Brasil foi e ainda é uma potência regional; outros afirmaram, além de potência na América do Sul, que o país exerceu liderança na região durante os governos citados, ainda que com ressalvas para o período do último mandato de Rousseff. Há ainda aqueles que discordam de ambas as teses. Com efeito, seguindo a nova tendência política na região, após o fim do governo Rousseff, em 2016, o Brasil vem experimentando um período conturbado em várias questões e frentes, que parece conduzi-lo a novas alterações na orientação de sua política externa, e cujas repercussões, ainda que não totalmente definitivas, afetam os projetos regionalistas na América do Sul de maneira diferenciada em relação ao período anterior.

Análise da produção intelectual brasileira sobre regionalismo na América do Sul

As transformações e novidades vivenciadas pelos processos de regionalismo na América do Sul, nas primeiras décadas do Século XXI, não passaram despercebidas pelos acadêmicos brasileiros que se dedicam aos estudos das Relações Internacionais (RI). A reconfiguração da geometria

política e econômica da região tem sido objeto de constante diálogo e produção acadêmica. O levantamento realizado nos cinco principais periódicos científicos brasileiros da área⁴ para compor a amostra deste trabalho, nos últimos dez anos (2008-2018⁵), possibilitou a identificação de mais de 60 artigos relacionados ao tema regionalismo na América do Sul⁶. Apesar de o novo século ter trazido muitas transformações para o regionalismo na América do Sul, o ano de 2008 marcou a irrupção da crise financeira global, demandando mudanças rápidas no espaço regional e muitos questionamentos na academia sobre os desdobramentos das iniciativas e dos processos regionalistas. Assim, esse ano foi o escolhido para balizar a composição da amostra. A ocorrência de publicações sobre o tema por ano sobre a temática pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Ocorrência de artigos sobre regionalismo nos principais periódicos brasileiros de RI



Fonte: Resultado da Pesquisa (2019).

Embora a maior parte dos trabalhos da amostra tenha sido produzida por acadêmicos filiados a instituições brasileiras e sejam voltados para o público brasileiro, chama atenção a presença no Brasil de artigos de autoria estrangeira, em grande maioria latino-americana, além de artigos de brasileiros publicados em inglês e espanhol, o que demonstra a abertura ao diálogo internacional nos debates acadêmicos sobre regionalismo sul-americano.

Tabela 1 – Grau de Internacionalização da produção acadêmica sobre regionalismo sul-americano (número de artigos por filiação do autor por país e língua publicados no Brasil, 2008-2018).

País de Filiação Institucional do(a) autor(a)		Idioma do Artigo	
Alemanha	2	Espanhol	2
Argentina	2		
Brasil	50		
Canadá	1	Inglês	21
Colômbia	2		
EUA	1	Português	37
México	1		
Uruguai	1		

Fonte: elaboração própria.

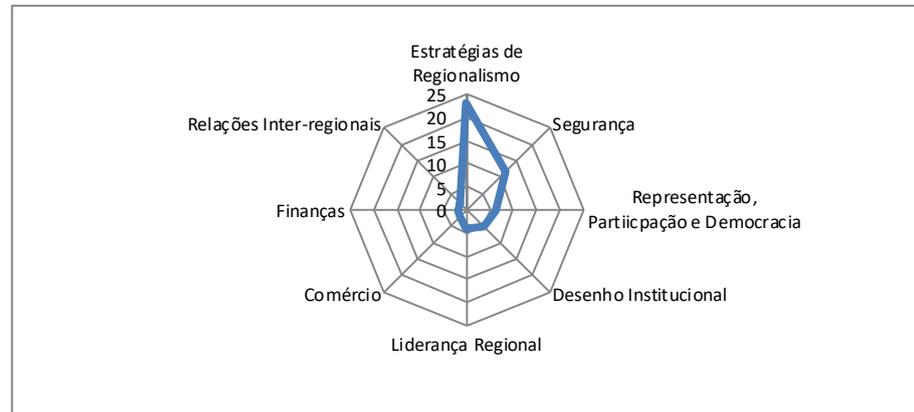
4. A seleção dos periódicos baseou-se no trabalho de Ramo e Scotelaro (2018), que adotaram os critérios de nacionalidade da instituição responsável pela publicação (ser instituição brasileira) e a classificação de avaliação do sistema brasileiro CAPES (exigência mínima B1). Foram selecionados os seguintes periódicos: Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), Contexto Internacional, Carta Internacional, Revista de Economia Política, Revista de Sociologia e Política, sendo as três primeiras mais abertas à área de Relações Internacionais stricto sensu e a segunda à área de Economia Política.

5. Artigos selecionados até junho de 2018.

6. Em 2013, a Revista Contexto Internacional publicou uma edição especial sobre regionalismo, o que explica a maior ocorrência de artigos sobre o tema nesse ano.

Em relação aos temas de interesse que envolvem as publicações da amostra sobre regionalismo na América do Sul, observa-se uma variedade de agendas, reflexo da multidimensionalidade em que as questões de regionalismo estiveram imersas nas últimas décadas.

Gráfico 2 – Temas relacionados às publicações sobre regionalismo na América do Sul, 2008-2018



Fonte: elaboração própria.

É possível depreender da análise do gráfico acima que temas relacionados à segurança e à representação democrática dos esquemas regionalistas concorrem cada vez mais com questões de finanças, comércio e relações econômicas inter-regionais. Observam-se ainda trabalhos que abordam diretamente a questão da liderança regional brasileira e suas implicações para a ordem regional e global, bem como pesquisas preocupadas com os desenhos institucionais assumidos pelos principais esquemas regionalistas (MERCOSUL, UNASUL, ALBA, etc.). No entanto, o cerne dos debates gira em torno das discussões sobre os rumos do regionalismo, classificadas neste trabalho pela categoria “Estratégias de Regionalismo”.

A preocupação que se mostrou mais recorrente nas publicações sobre regionalismo na América do Sul diz respeito às motivações e os incentivos domésticos que levam os países sul-americanos, com elevada ênfase no Brasil, a investirem na construção de arranjos regionalistas. Essas motivações abrangem desde construções identitárias sobre a América do Sul – em contraposição à noção mais ampla de América Latina ou em oposição ao imperialismo da América do Norte –, até o cálculo de custos e benefícios envolvidos nestes esquemas, não havendo, portanto, homogeneidade de enfoque teórico. Todas essas questões apontam, ao menos, três inflexões importantes na produção teórica sobre regionalismo na América do Sul.

Em primeiro lugar, a ausência da UE como modelo de integração regional. O projeto de integração da Europa deixa de ser interpretado como o “tipo-ideal” de cooperação intergovernamental, abrindo margem para uma discussão mais ampla sobre modelos de integração e de processos regionalistas. Lazarou (2013) analisa diretamente o impacto da crise europeia nos discursos brasileiros sobre integração. Segundo a autora, a crise de 2008 e os seus desdobramentos na Europa alteraram significati-

vamente o apelo do modelo europeu como instrumento de cooperação intergovernamental. Como consequência disso, o entusiasmo pelo maior aprofundamento da integração regional foi substituído por discursos de maior cautela na aproximação com os vizinhos sul-americanos.

Nesse sentido, os inúmeros projetos regionalistas na América do Sul não foram mais analisados como espelhos do modelo europeu de integração regional e tampouco foram vistos como parte dos interesses ou dependentes da estratégia norte-americana (RIGGIROZI; TUSSIE, 2012), como havia acontecido durante a onda do “velho regionalismo” dos anos 1950 e 1960. Naquele período, o projeto de integração regional da Europa se desenvolvia a passos largos e servia de exemplo para outras experiências, tanto pelos processos de aprofundamento quanto de alargamento (FAWCETT, 2005). No início deste século, o regionalismo sul-americano também não tem essência econômico-comercial como no “novo regionalismo”, que se baseou na ideologia neoliberal e voltado para o mercado. Aliás, os contornos do regionalismo sul-americano passaram a ser definidos por práticas transfronteiriças formais e informais, que denotaram uma rica variedade de formas (RIGGIROZI; TUSSIE, 2012), embora concentrados em temas mais ligados à política do que à economia.

É interessante observar que o debate sobre “as variedades de regionalismos” sul-americanos tem sido conduzido, em sua maioria, por pesquisadores estrangeiros (LEGLER, 2013; BUELVAS, 2013; GARDINI, 2015; KLEINSCHMIDT; GALEGO PÉREZ, 2017). Apenas um artigo que discute as variedades e contrapõe os modelos distintos de regionalismo é de pesquisadora brasileira. Saraiva (2013) faz uma revisão das novas abordagens para análise dos processos de integração da América do Sul a partir da estratégia de inserção regional brasileira. Segundo a autora, é possível identificar traços de aprofundamento da governança regional na conformação da UNASUL, ao mesmo tempo em que a ausência de plataforma econômico-comercial reforça a ideia do regionalismo pós-liberal. Já a constituição de arranjos de participação social no âmbito do MERCOSUL aproximaria a estratégia brasileira do regionalismo político-social, ao passo que a busca por autonomia em um sistema de poder distinto dos Estados Unidos qualificaria o regionalismo como pós-hegemônico.

Em segundo lugar, e talvez como reflexo da proliferação de novos arranjos de regionalismo político em um contexto marcado por governos progressistas, ganha destaque o debate sobre o papel das ideias no delineamento dos rumos da integração. Galvão (2009) analisa o processo de reinvenção conceitual da ideia de América do Sul nas últimas décadas, cujo resultado foi a consolidação de uma identidade sul-americana no início do novo milênio. Contribuiu para a maturação dessa nova identidade a “sul-americanização” da política exterior brasileira, que buscou na América do Sul um caminho de conciliação entre nacionalismo e autonomia (VIGEVANI *et. al*, 2008) e entre soberania e integração (ALMEIDA, 2013).

As análises que caminham nessa direção apontam que, no plano da retórica sul-americana, a política externa brasileira, principalmente durante o Governo Lula, encontrou uma saída para o histórico dilema entre a busca por inserção internacional e autodeterminação, já que o nível regional possibilitaria o avanço em ambas as frentes. Todavia, ao

mesmo tempo, essa retórica acabou por criar novos obstáculos para o aprofundamento da integração na subregião, já que esse dilema nunca foi atributo exclusivamente brasileiro, mas compartilhado pelos demais países da região. Assim, enquanto a construção da identidade da América do Sul atendia aos interesses brasileiros de maior projeção na sub-região, ela criou desconfiças nos vizinhos que já compartilhavam uma herança histórica muito mais latina do que propriamente sul-americana. Neste fluxo, muitos trabalhos se dedicaram a pensar o papel do Brasil como líder regional, uma vez que grande parte das propostas regionalistas foi feita pelo país, para além do fato de que ele tinha as condições materiais mais destacadas na região.

Ademais, não há como desvencilhar a retórica e as ideias sobre regionalismo dos projetos desenvolvimentistas da região. A simultaneidade de governos progressistas na Argentina e Brasil levaram esses países a adotar políticas contraditórias em relação ao MERCOSUL, pois, ao mesmo tempo, em que defendiam a integração como caminho para uma inserção internacional mais autônoma, acabavam por implementar domesticamente políticas macroeconômicas e comerciais que feriam os objetivos da integração. Essas contradições entre retórica e prática ganharam destaque no debate sobre estratégias regionalistas no período recente.

Finalmente, outra inflexão importante diz respeito à consolidação do papel dos atores domésticos nas análises dos processos de integração regional. Se antes, trabalhos como o da Maria Regina Soares de Lima (2007) eram vistos como pioneiros na abertura da “caixa preta” do Estado, agora, as análises baseadas em jogo de dois níveis tornam-se imprescindíveis para a compreensão das estratégias de integração (SARAIVA, 2008; VIGEVANI *et. al.*, 2008; MEDEIROS; TEIXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017; CAICHIOLO, 2017).

Saraiva (2008) e Vigevani *et. al.* (2008) analisam as contradições das políticas de integração regional da Argentina e Brasil, respectivamente, a partir das dissidências entre os grupos econômicos e a própria sociedade. Na Argentina, coexistem diferentes expectativas em relação à integração regional no interior do aparato governamental, influenciando a posição do país desde o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989) até os dias de hoje. Vigevani *et. al.* (2008) sugerem não existir adequada densidade na sociedade brasileira que estimule o aprofundamento da integração:

Consideramos que, por mais que o Mercosul figure no alto das prioridades do Estado, do governo, do ministério das Relações Exteriores, de fato, há hesitação em arcar com os custos e enfrentar as assimetrias existentes. [...] As naturais aspirações protagônicas e universalistas das elites do país implicam a necessidade de estar livre para agir com desenvoltura no cenário internacional, sem acordos restritivos no âmbito regional e sem os condicionamentos que derivariam das necessárias concessões aos sócios de menor poder. [...] A expansão combinada com o baixo comprometimento governamental, no sentido de trabalhar as assimetrias existentes, levou a uma integração que não pode ser muito ambiciosa quanto ao seu grau de aprofundamento. Ao mesmo, o limite dado por uma união alfandegária que não se consolida e as dificuldades inerentes na gestão das novas demandas oriundas desta situação, podem tornar a integração pouco atraente para os governos e importantes setores domésticos envolvidos, criando uma situação de impasse que levaria ao fortalecimento de forças desintegradoras, que por sinal parece ser o estágio atual do bloco (VIGEVANI *et. al.*, 2008, p. 22).

Curiosamente, a abertura da “caixa preta” no contexto sul-americano tem servido apenas para reforçar uma visão já consolidada sobre as estratégias de regionalismo da região: trata-se de um processo fundamentalmente protagonizado pelo Estado, haja vista o baixo interesse societal dos países membros no aprofundamento da integração regional.

Considerações Finais

O artigo analisou as inflexões práticas sobre o regionalismo na América do Sul e da produção intelectual brasileira sobre o tema. A primeira parte se dedicou a explorar as mudanças do regionalismo no início do Século XXI em decorrência de fatores sistêmicos e internos à região. A segunda seção discutiu as inflexões práticas do regionalismo sul-americano a partir do apontamento das novas experiências regionalistas e do desenvolvimento da governança regional. A terceira parte apresentou e analisou a produção intelectual brasileira sobre regionalismo na América do Sul nos últimos dez anos, a partir da amostra dos principais periódicos da área. A análise colocou em evidência a importância do regionalismo político em detrimento do regionalismo econômico, tanto a partir da perspectiva dos projetos de regionalismo que emergiram no período, quanto a partir da perspectiva teórica sobre o tema.

Ademais, o trabalho chamou atenção para o esforço acadêmico em estabelecer um ponto de ruptura analítica com o “velho” e o “novo regionalismo” por meio da proliferação de novas denominações para caracterizar as dinâmicas regionais recentes. Contudo, esse esforço parte de um olhar “estrangeiro” do campo e não encontra forte apelo na produção brasileira. O cerne dos debates acadêmicos sobre regionalismo sul-americano no Brasil está no contraste entre retórica e prática dos projetos de integração regional, bem como nos interesses do governo brasileiro e o seu papel como potência e/ou liderança na região.

Referências

- ACHARYA, A. After Liberal Hegemony: the advent of a Multiplex World Order. **Ethics & International Affairs**, Cambridge, v. 31, n.3, p. 271-285, 2017.
- ACHARYA, A. Consociational Security: Avoiding the Struggle for Mastery in Asia **Harvard Asia Quarterly**, Cambridge MA, v. 16, n. 2, p. 19-25, 2014.
- ACHARYA, A. **Regional worlds in a post-hegemonic era**. Bordeaux: Spirit Working Paper, 2009.
- AGUIAR, J. Declínio da Europa. **Relações Internacionais**, Lisboa, p.75-87, 2005. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r7/RI07_06JAguiar.pdf>. Acesso em 23 jul. 2018.
- ALMEIDA, P. R. Sovereignty and Regional Integration in Latin America: a Political Conundrum? **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n.2, p.471-495, 2013.
- BALDWIN, R. Multilateralising 21st Century Regionalism. **Global Forum on Trade Reconciling Regionalism and Multilateralism in a Post-Bali World**. OECD Conference, Paris, 2014. Disponível em: <<https://www.oecd.org/tad/events/OECD-gft-2014-multilateralising-21st-century-regionalism-baldwin-paper.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- BASTOS, P. P. Z; HIRATUKA, C. A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. **Textos para Discussão Instituto de Economia Unicamp**, Campinas, n. 306, p. 1-42, 2017.

- BASTOS, P. P. Z. Economia Política da Integração da América do Sul nomundo pós crise. Observatório da Economia Global Campinas. **Textos Avulsos Instituto de Economia Unicamp**, Campinas, n. 10, p. 1-82, 2012. Disponível em: <http://www3.eco.unicamp.br/cecon/images/arquivos/observatorio/OBSERVATORIO_10.pdf>. Acesso em: 23/01/2019.
- BOTTO, M. América Latina y la integración regional: ¿quo vadis? Del MERCOSUR a la UNASUR: un análisis sobre los alcances de la cooperación regional. **Confines**, Monterrey, v. 11, p. 1 - 38, 2015.
- BUELVAS, E. P. Why Regionalism Has Failed in Latin America: Lack of Stateness as an Important Factor for Failure of Sovereignty Transfer in Integration Projects. Rio de Janeiro, **Contexto Internacional**, v. 35 n.2, p.443-469, 2013.
- CAICHILOLO, C. R. The Mercosur Experience and Theories of Regional Integration. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n.1. p.117-134, 2017.
- CAVALCANTE, T.; LIMA, M. C. A Política Comercial do Governo Lula (2003-2010): uma análise comparativa das relações comerciais do Brasil com o MERCOSUL e com o resto do mundo. **Revista Século XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 53-72, 2013.
- FAWCETT, L. Regionalism from an Historical Perspective. In: FARRELL, M.; HETTNE, B.; LANGENHOVE, L. **Global Politics of Regionalism: Theory and Practice**. London: Pluto Press, p. 21-37. 2005.
- FIORNTINO, R. V.; CRAWFORD, J.; TOQUEBOUEF, C. The landscape of regional trade agreements and WTO surveillance. In: BALDWIN, R. LOW, P. **Multilateralizing Regionalism: Challenges for the Global Trading System**. Cambridge University & Geneve Graduate Institute, Geneve, p. 28-76. 2012.
- FIORI, J. L. O Sistema Interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O Mito do Colapso do Poder Americano**, cap. 1, p. 1-62. 2008.
- FIORI, J. L. Sistema mundial, América do Sul, África e “potências emergentes”. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 3-18. 2010. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_8cfe27743d_0000018769.pdf>. Acesso em 03 jul. 2018.
- FLEMES, D. Brazil Strategic Options in the Changing World Order. In: FLEMES, D. **Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers**. Farnham, Burlington: Ashgate Publishing, p. 191-182. 2010.
- GALVÃO, T. G. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52 n.2, p.63-80, 2009.
- GARDINI, G. L. Towards modular regionalism: the proliferation of Latin American cooperation. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 58. n. 1, 2015, p.210-229, 2015.
- HETTNE, B. Beyond the ‘new’ regionalism. **New Political Economy**, London, v. 10, n. 4, p. 543–571, 2005.
- HEYDON, K; WOOLCOCK, S. The Evolution of the International Trading System. In: HEYDON, K. **The Ashgate Research Companion to International Trade**. London: Ashgate, p. 47-66. 2012.
- HOFFMANN, A. R. As Organizações Regionais e a Promoção e Proteção da Democracia: reflexões a partir das práticas de intervenção democrática na América do Sul. **Cadernos CHR**, Salvador, v. 29, n. 03, p. 47-57, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v29nspe3/0103-4979-ccrh-29-spe3-0047.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- HURRELL, A. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para as potências emergentes? In: HURRELL, A. NARLIKAR, A.; LIMA, M. R. **Os BRICS e a ordem global**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. FGV, cap. 1. 2009.
- HURRELL, A. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 23-44, 1995.
- KLEINSCHMIDT, J; GALEGO PÉREZ, P. G. Differentiation theory and the ontologies of regionalism in Latin America. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 60, n.1, p.1-21, 2017.
- LAYNE, C. This time it’s real: the end of unipolarity and the Pax Americana. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 56, n. 1, p. 203-2013, 2012.
- LAZAROU, E. Brazil and Regional Integration in South America: Lessons from the EU’s Crisis. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35 n.2, p. 353-385, 2013.

- LEGLER, T. Post-hegemonic Regionalism and Sovereignty in Latin America: Optimists, Skeptics, and an Emerging Research Agenda. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35 n.2, p. 325-352, 2013.
- LIMA, M. R. S. A economia política da política externa brasileira: uma proposta de análise. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n.12, p.7-28, 2007.
- LIMA, M. R. S. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.265-303, 2000.
- LIMA, M. R. S. A Nova Agenda Sul-Americana e o Papel Regional do Brasil. In: HERSHBERG, E.; SERBIN, A.; VIGEVANI, T. **Pensamiento Próprio: El hemisferio en transformación: Regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante**. Buenos Aires: CRIES, n. 19, p. 211-248. 2014.
- MALAMUD, A. Moving Regions: Brazil's Global Emergence and the Redefinition of Latin American Borders. In: RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: the Case of Latin America**. New York: Springer, p. 167-182. 2012.
- MALAMUD, A. Overlapping Regionalism, No Integration: Conceptual Issues and the Latin American Experiences. **European University Institute Working Papers RSCAS**, Florence, n. 20, p. 1-11, 2013. Disponível em: <http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/26336/RSCAS_2013_20.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.
- MALAMUD, A.; SCHENONI, L. L. Neoliberal institutionalism and neofunctionalism in Latin American security studies. In: MARES, D. R.; KACOWICZ, A. M. **Routledge Handbook of Latin American Security**. London: Routledge, p. 44-56. 2015.
- MARIANO, K. L. P. Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul. MARIANO, K.L.P. **Regionalismo na América do Sul: um novo esquema de análise e a experiência do Mercosul** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- MEDEIROS, M. de A.; TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M.; REIS, E. G. Cooperação para autonomia? Explicando o paradoxo da política externa brasileira para a Unasul. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n.61, p.97-123, 2017.
- NOLTE, D. Regional Powers and regional governance. In: GODEHARDT, N.; NABERS, D. **Regional Powers and Regional Orders**. Londres: Routledge, p. 49-67. 2011.
- OLIVEIRA, M. F.; MARIANO, M. BARRETO, L. América do Sul: regionalismo, democracia e desenvolvimento. **Paper apresentado no 38º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, 2014.
- PADULA, R. As visões dominantes sobre a integração regional. In: COSTA, D. **América do sul: integração e infraestrutura**. Rio de Janeiro: Capax Dei, 1ª ed., p. 143-208. 2011.
- PADULA, R. Da IIRSA ao Cosiplan da UNASUL: a integração da infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. In: DESIDERÁ NETO, W. A. **O Brasil e as novas dimensões da Integração Regional**. Brasília: IPEA, p. 292-352. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_novas_dimensoes.pdf>. Acesso em 30 jul. 2018.
- PAULA, L. F.; FERRARI FILHO, F. Desdobramentos da crise financeira internacional. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 315-335. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n2/09.pdf>>. Acesso em: 16/02/2019.
- PECEQUILO, C. S. A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os EUA e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100-115, 2013.
- RIGGIROZZI, P.; GRUGEL, J. Regional Governance and legitimacy in South America: the meaning of UNASUR. **International Affairs**, London, v. 91, n. 4, 2015, p. 781-797, 2015.
- RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America. In: RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: the case of Latin America**. London: Springer, p. 167-182. 2012.
- SANAHUJA, J. A. Del 'Regionalismo Abierto' al 'Regionalismo Post-Liberal'. Crisis y Cambio en la Integración Regional en América Latina". **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. CRIES: Buenos Aires, p. 11-54, 2009.
- SANAHUJA, J. A. Regionalismo post-liberal y multilateralismo em Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, A.; MARTÍNEZ, L.; RAMANZINI JÚNIOR, H. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. CRIES: Buenos Aires, p. 9-72. 2012.
- SANAHUJA, J. A. Regionalismo e integración en América Latina: de la fractura Atlántico- Pa-

cífico a los retos de una globalización em crisis. **Pensamiento Proprio**, Buenos Aires, n. 44, p. 29-76, 2017.

SARAIVA, M. G. Novas abordagens para análise dos processos de integração na América do Sul: o caso brasileiro. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8 n.1, p.3-21, 2013.

SARAIVA, M. G., As Diferentes Percepções na Argentina sobre o Mercosul. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 30 n.3, p.735-775, 2008.

SATO, E. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n.2, 2003, p. 161-176, 2003.

SERBIN, A. A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa? **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p.4-16, 2009.

SERBIN, A.; VIGEVANI, T.; HERSHBERG, E. La nueva dinámica hemisférica: Desafíos y potencialidades. In: SERBIN, A.; VIGEVANI, T.; HERSHBERG, E. **Pensamiento Próprio**. Buenos Aires, n.39, p. 11-34, 2014.

VEIGA, P. M.; RÍOS, S. P. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. **CEPAL Serie Comercio internacional**, Santiago, n. 82, p. 1-48, 2007.

VELASCO JÚNIOR, P. A. O Mercosul Social: Avanços e Obstáculos para uma Nova Dinâmica de Integração Regional. Rio de Janeiro, 2013, 150f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 150f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Paulo-Afonso.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

VIGEVANI, T.; RAMANZINI JUNIOR, H.. Pensamento Brasileiro e Integração Regional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 32 n.2, p.437-487, 2010.

VIGEVANI, T.; FAVARON, G. M.; RAMANZINI JUNIOR, H.; CORREIA, R. A. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 51 n.1, p.5-27, 2008.

WOMACK, B. Teoría de la asimetría y poderes regionales: los casos de India, Brasil y Sudáfrica. In: TOKATLIAN, J. G. **India, Brasil y Sudafrica: el impacto de las nuevas potencias regionales**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007, p. 15–34.

ZHANG, L.; SHIMANSKI, S. Cadeias Globais de Valor e os Países em Desenvolvimento. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 18, p. 73-92. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5322/1/BEPI_n18_Cadeias.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.